



O PETROLEIRO



BOLETIM DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - novembro de 2010 - # 49 - www.sindipetrolp.org.br

ATENÇÃO, PETROLEIRO!

Dia 18/11 palestra sobre BPO na sede do Sindipetro-LP

No próximo dia 18 de novembro, às 17h30, Agnelson Camilo da Silva, conselheiro eleito da Petros, estará na sede do Sindipetro-LP, em Santos, para discutir e tirar dúvidas dos associados sobre questões importantes como BPO e Desrepectuação. A palestra também contará com a presença do advogado do Sindipetro-LP, José Henrique Coelho. **COMPAREÇA!**

INSEGURANÇA NA RPBC

Crônica de um acidente anunciado



Acidente recente envolvendo petroleiro terceirizado no elevador do Coque 2 poderia ter sido evitado. Petrobrás tinha conhecimento sobre as condições precárias do equipamento e nada fez. Por muito pouco, o total descaso com a segurança do trabalhador não resultou em sua morte

No último dia 26 de outubro, por muito pouco a negligência da Petrobrás não ceifou a vida de um trabalhador terceirizado da NM Engenharia - empreiteira que presta serviço à RPBC. O funcionário se acidentou ao tentar entrar no elevador do Coque 2, um dos setores onde estava sendo realizada a parada de manutenção da refinaria.

A trava de segurança, que deveria bloquear a abertura da porta, estava quebrada e encontrava-se no fundo do fosso. Com pouca visibilidade, sobretudo por falta de iluminação adequada nos andares e em frente à porta do elevador, o trabalhador não reparou que o mesmo não se encontrava ali. O único foco de luz existente era da própria unidade e, mesmo assim, insuficiente por estar longe do elevador e obstruído por uma lona. Por "sorte", se é que assim podemos dizer, a queda aconteceu em uma altura relativamente baixa (dois metros), uma vez que ele aguardava o elevador no térreo.

Além de escoriações no rosto, devido ao forte impacto da queda o acidente causou fraturas na bacia (que fica na região da cintura) e num dos punhos. Ele foi internado ainda em Cubatão e posteriormente foi removido para a Santa Casa de Santos. Ele já foi liberado do hospital e seu afastamento será de 60 dias.

CONTEXTUALIZANDO

No dia em que sofreu o acidente que quase provocou sua morte, o funcionário não foi acometido pelo destino e nem mesmo teve "sorte" por não sofrer uma tragédia. Pelo contrário, foi vítima da negligência da Petrobrás em preservar a segurança dos seus trabalhadores.

Alguns dias antes do acidente, a CIPA já havia alertado a empresa, através dos envolvidos na manutenção, sobre falhas no elevador do Coque 2, exatamente onde o trabalhador sofreu o acidente. Como se não bastasse, em várias negociações com a empresa o Sindicato cobrou que a gerência estabele-

cesse manutenções periódicas nos elevadores das unidades - a maioria em condições precárias de uso e conservação.

Prova de que o recado não foi ouvido é que após o acidente foi constatado que o problema não só estava acontecendo em todos os andares do Coque 2, com exceção do 2º andar, mas também em outros setores da refinaria - sendo motivo mais do que suficiente para sua interdição. No 3º andar da UFCC problema semelhante foi identificado.

Uma comissão, formada por representantes da Cipa, Sindicato e Petrobrás, foi criada para investigar as causas do acidente e apresentar suas conclusões. A participação do Sindicato cumpriu principalmente a função de evitar uma velha manobra da empresa: amenizar a gravidade do acidente, considerando-o apenas um número estatístico e não uma vida, e culpar o trabalhador pelo ocorrido.

Não é novidade que gerentes e supervisores creditam os acidentes de trabalho à suposta falta de atenção e à má utilização dos instrumentos pelo próprio empregado. Neste caso, tal justificativa seria no mínimo absurda. Além de trabalhar em condições precárias, o petroleiro terceirizado estava estafado por estar operando além da jornada normal de trabalho.

LUCRO x SEGURANÇA

Está claro que, assim como milhões de brasileiros, este trabalhador foi mais uma vítima da precarização imposta pela terceirização - um câncer que se espalha com força cada vez maior em todos os segmentos do mercado de trabalho. Só na Petrobrás são cerca de 270 mil terceirizados, número praticamente quatro vezes maior ao de petroleiros 'crachá verde', estimado hoje em 77 mil.

Além de enfraquecer a ação sindical, através da fragmentação da classe, com essa manobra a Petrobrás garante o mesmo ritmo alucinante de produção e mais lucro ao menor

custo possível. Esta é a razão pela qual a empresa vem investindo pesado neste modelo perverso de contratação.

Outro ponto estratégico da terceirização é que através dela a companhia encontrou uma poderosa ferramenta para transferir às contratadas a responsabilidade por todos os problemas que acontecem com esses trabalhadores, seja acidentes ou descumprimento de normas trabalhistas, como falta de pagamentos, rescisões e encargos sociais (FGTS e INSS), algo que já se tornou comum no Sistema Petrobrás.

A discriminação aos terceirizados é cristalina e chegou a um nível absurdo de banalização. Chega-se ao absurdo da Petrobrás apresentar de forma positiva relatórios de acidentes de trabalho em que constam "apenas" ocorrências com terceirizados - uma prova de que não se considera responsável pela integridade física desses empregados e que para ela o trabalho humano é apenas mercadoria. Não é mera coincidência o fato de que mais de 90% dos acidentes dentro do Sistema Petrobrás acontecem com terceirizados.

Assim como não foi coincidência este acidente na RPBC. A empresa contratada para garantir o funcionamento seguro dos elevadores (PRIME Manutenção de Elevadores) ganhou o processo licitatório por oferecer o preço mais baixo e não por possuir um serviço de qualidade. Além disso, até agora a empresa não apresentou nenhum documento que comprove sua Inspeção/Manutenção antes do acidente. Está claro que o rigor aplicado pela Petrobrás para o cumprimento de prazos, nem de longe é o mesmo na fiscalização das condições de trabalho oferecidas pelas empreiteiras aos seus empregados.

Mais uma vez, a Petrobrás tenta lavar as mãos e jogar embaixo do tapete uma sujeira que se espalha em ritmo acelerado. O Sindipetro-LP não se furtará de denunciar tais agressões aos direitos e à vida dos trabalhadores.

RECONHECIMENTO

Com pressão e insistência, categoria conquista

Após sucessivas negociações com a empresa, aliadas à pressão e indignação da categoria, obtivemos um avanço em relação aos direitos praticados na Bacia de Campos, mas que não eram aplicados pela UO-BS. O chamado Dia do Desembarque, conforme nota divulgada pela empresa no dia 8 de novembro, será praticado nas

plataformas de nossa base.

Este benefício consiste em reconhecer como meio dia de trabalho a data em que o petroleiro desembarca em terra já em sua folga. Neste caso, colocamos em prática uma de nossas principais bandeiras de luta: Se o símbolo é igual pra todos, por que os direitos não?

OPINIÃO

A fragmentação da categoria petroleira

Companheiros petroleiros, o que a Petrobrás foi, está sendo e o que se tornará? Quem somos nós os petroleiros?

Por gentileza, façamos uma reflexão sobre a fragmentação que estão fazendo conosco. Qual seria a relevância do tratamento desse tema? Entre as táticas de fragmentação tentaram, através da Petros, impor o plano PPV, sem obter êxito, em seguida investiram maciçamente no marketing da repactuação, inclusive usando ancestrais técnicas de convencimento cinicamente utilizadas desde as assembleias da época da antiguidade.

A relação entre democracia não participativa e marketing (em outro estilo, é claro, uma vez que, na época, o grego era a língua predominante) já era conhecida desde a Grécia antiga.

Sócrates, autor da celebre "Conhece-te a ti mesmo", em uma das suas falas argumentou num debate aos sofistas: "O vosso discurso repleto de engenhosos raciocínios quase me leva ao convencimento, até que refletindo com mais apuração constatei que não há nenhuma verdade nas vossas declarações".

Na continuidade do processo de fragmentar criaram o complemento RMNR, com sua multiplicidade de aplicações de níveis baseados em enigmáticos critérios e que não entra na aposentadoria.

A direção da Petrobrás reajustou os salários dos seus diretores em 29% e deu 90 milhões só para 9.500 funcionários considerados de "confiança". Os demais 60 mil funcionários não são de confiança?! O ato é, no mínimo, ofensivo e desrespeitoso.

Daqui a 20 anos, parte da população ativa será aposentada. Em países de política

mais séria, as aposentadorias são garantidas por uma população economicamente ativa que recebe salários com aumento real sobre os quais incide uma porcentagem que forma o subsídio decente que paga aposentadorias decentes.

Outra reflexão que faz parte do aprendizado da vida: quem deseja progredir no conhecimento de si e do mundo não se trata de rechaçar ideias, simplesmente as tachando de antiquadas ou ultrapassadas pelo fato de ser da década, do século, do milênio ou da era anterior.

A reeducação do olhar ou o reaprendizado do olhar sobre o mundo há que se iniciar de preferência a partir de de si próprio. Nós somos sujeitos e não objetos da nossa história.

A identidade petroleira não pode se perder. É mais fácil dominar os que não têm identidade.

Não podemos olhar no espelho e não reconhecemos nossa imagem de petroleiro. Para a ruptura de poder que investe incessantemente em nos separar, temos que ocupar nosso lugar de sujeito petroleiro, se constituir e se reconstituir em uma prática constante.

Para concluir, um apelo para a minoria que na última assembleia vaiou os aposentados: não façam mais esse ato descortês e desprovido de hombridade. Não vaiem sua própria história. Se você não respeita sua história, você não respeita sua ancestralidade. E isso não fará de você um ser humano melhor. A essência de viver é encontrar uma verdade para a vida e que essa verdade habite seu ser, sua mente e seu espírito.

Diretoria do Sindipetro-LP

Fórum discute como educar crianças e jovens

Acontece no próximo dia 20, das 13h30 às 19h, na sede do Sindipetro-LP, o Fórum de Educação Saudável.

Você petroleiro que tem filhos, se preocupa com a boa educação deles e possui familiares que atuam na área da educação, compareça no evento para debater o assunto.

Médicos, pedagogos, engenheiros, psicólogos e professores irão discutir as-

suntos como problemas educacionais da atualidade, desenvolvimento e aprendizagem e uma palestra sobre "O brincar infantil e o desenvolvimento da criança".

A entrada é franca. Para participar, os interessados devem se inscrever pelo site www.waldorfflautamagica.org.br, ou pelos telefones (13) 3024-2402, 7804-0782 ID: 44*12516 ou 7809-2124 ID: 90*4689. As vagas são limitadas.

Petrolino mete bronca

Cláusula carrasca do diacho!

Todo mundo já sabe o quanto terceirizado sofre. Mas na RPBC a situação da turma que foi contratada pra tramar na parada é ainda pior. Inventaram uma cláusula carrasca na negociação coletiva do sindicato da Força Sindical com as empreiteiras e Petrobrás. Os chefes só vão pagar a 2ª parcela da PLR pra peãozada se não tiver acidente de trabalho. Nem preciso dizer que isso daí é coação, um cala-boca, pra rapaziada não denunciar os acidentes.

Aposentadoria nada especial

Se continuar essa mania em Alemoa de ficar medindo só ruído, já vi que a aposentadoria especial vai pro saco. A TWA Brasil (empresa de consultoria externa de monitoramento) tá ignorando os agentes nocivos. E não é só na área de operação, não! No ADM, a rapaziada também fica exposta a um monte de produto químico. E aí, quem vai medir isso daí? Mais pra frente, vai dar zica no PPP.

Cadê a preservação ambiental?

Se acontecer vazamento de óleo no Terminal Alemoa, ferrou! A Egmopol (balsa coletora de óleo) tá abandonada. Uma empresa terceirizada começou a fazer a manutenção, mas depois que terminou o contrato simplesmente deixaram de lado. Em vez de solucionar logo esse problema tão querendo recorrer à embarcação que tem lá no Tebar. Isso daí é brincadeira, meu! Responsabilidade social só no nome? Com tantos gastos desnecessários, vão economizar com preservação ambiental?

Tá tudo sucateado...

O Sindicato cobrou faz tempo, mas parece que a gerência de Alemoa anda surda. Há mais de cinco anos que tanto o estacionamento externo quanto o interno do terminal estão abarrotados de veículo que virou sucata. Já deviam ter sido leiloados faz tempo, mas parece que já criaram raízes ali. Demorou pra se livrar disso.

... E é tudo no improvisado

Na Alemoa, virou procedimento padrão improvisar. A ponte rolante de captação tá sem manutenção há pelo menos dois anos. Tá abandonada, toda corroída. Em vez de fazer a manutenção, arranjaram um jeitinho brasileiro e colocaram os guindastes pra fazer o serviço. Será que a captação vai virar outro depósito de sucatas?

Que certificado é esse?

Já que o terminal Alemoa é certificado pela ISO 9000, logo a gente deveria esperar que a rapaziada tivesse o mesmo conhecimento técnico. Mas não é assim, até por causa daquela historinha dos amigos do

rei, que contei aí em cima. Será que eu vou ter que denunciar ao órgão certificador e solicitar a suspensão desses certificados?

Curso só pros amigos do rei

Enquanto tem gente que sempre é privilegiada, ganhando tudo quanto é curso, outros sempre são esquecidos. É isso o que tá acontecendo na Alemoa. A minha dúvida é: qual o critério? E depois a gerência ainda tem a cara de pau de dizer que falta verba. O que falta é parar de ficar ajudando apadrinhado.

Pinochet, tô de olho!

Se cuida ditador da Alemoa! Essa história de preparar petroleiro recém-contratado pra novos desafios é conversa mole. A gente sabe muito bem o que você quer e não engole isso. Se liga, rapaziada. É toma lá, dá cá.

Êta, cheiro ruim!

A cada dia que passa, é um problema novo na UTGCA. Eu sabia que esse negócio de inauguração às pressas não cheirava nada bem, mas agora fedeu de vez e literalmente. Trabalhar com aquele baita odor dos banheiros K10 e K5 é sacanagem.

E nada de restaurante...

Na UTGCA, parece que virou procedimento padrão descumprir prazos. Nem vou falar das jaquetas, que isso daí já virou lenda. Pede pro inverno, chega no verão. Dessa vez, vou falar do restaurante. Falaram pro sindicato que no começo de novembro ele já estaria funcionando. Nem preciso dizer que até agora nada...

Novelinha de mau gosto

Uma novela de muito mau gosto parece que não tem fim na Plataforma de Mexilhão. Até agora nada de registrar e, muito menos, pagar as horas extras dos técnicos de manutenção e inspeção de equipamentos. Além disso, não discriminaram no contracheque da turma que fez intrajornada o pagamento da indenização. Haja paciência!

Em Merluza, nada de lazer

A Petrobrás falar que oferece condições adequadas de lazer em Merluza é piada. São 70 petroleiros, mas só existem 4 computadores. Isso, sem falar nos telefones. Existem apenas 3 linhas com DDD 11 e o gasto por cada peão é de R\$ 20,00. Tá na hora de comprar mais micros, aumentar o número de linhas e facilitar a vida do pessoal, colocando DDD 13. Aí, a ligação fica mais barata.

Miséria pouca é bobagem

Nas outras plataformas, dão 5 refeições. Já em Mexilhão, mesmo trampando 12 horas, a turma recebe só três. Quanta miséria!



Coluna do Departamento Jurídico

Aposentado conquista benefícios concedidos à ativa através da RMNR

A Petrobrás começa a sentir no bolso os efeitos de sua política discriminatória contra os aposentados. A Justiça está dando sentença favorável a diversas ações do Departamento Jurídico que tem por objetivo garantir aos aposentados isonomia com os reajustes salariais recebidos pelos empregados da ativa.

A companhia, numa manobra inversa, vem concedendo aumentos salariais à categoria através de promoções, abonos e adicionais para congelar o salário básico da ativa e, pior, excluir os aposentados dos benefícios conquistados nos ACT's.

Recentemente, um associado do Sindicato ganhou na Justiça, em 2ª instância, o direito de receber em sua aposentadoria os benefícios recebidos pela ativa através da RMNR. O aposentado conquistou os 4% concedidos como importe de adicional de periculosidade na

época do PCAC, além dos reajustes garantidos nos acordos coletivos de 2007 e 2008, sendo 6,5% e 9,89% respectivamente.

Em sua decisão, o juiz definiu a postura da empresa "como nítido procedimento fraudulento (...), tentando conferir aumento salarial sob a forma aparente de progressão funcional, de modo a excluir o repasse aos aposentados e descumprir o regulamento que garante igualdade entre ativos e inativos".

Por fim, afirma que "os contratos devem ser cumpridos. Trata-se de questão não só legal, como moral. Ao assumir o compromisso perante os aposentados de complementar suas aposentadorias, em conformidade com o disposto no referido art. 41 do Regulamento, não pode a reclamada furtar-se ao compromisso assumido".

Petrobrás e Petros são condenadas pela Justiça a pagar diferenças pela indenização da repactuação

Na época da repactuação, como forma de convencer os petroleiros a migrar para o novo plano, Petrobrás e Petros ofereceram uma indenização (cerca de R\$ 15 mil à maioria) calculada sobre o maior valor entre 3 vezes 90% do salário de participação de maio de 2006 e 3 vezes 90% da remuneração normal de dezembro de 2006.

No entanto, em muitos casos Petrobrás e Petros não seguiram o próprio acordo que haviam proposto, realizando pagamentos indenizatórios bem abaixo do que era de direito aos repactuados. Ou seja, como se não bastasse oferecer um plano que retirava direitos, ofereciam um valor inferior do que o efetivamente devido.

Este foi o caso de um associado do Sindipetro-LP, cujo salário básico em maio de 2006 era de R\$ 676,66 e em dezembro do mesmo ano era de R\$ 1.504,88. O valor utilizado como base

de cálculo para a concessão da verba indenizatória foi o de maio e não o de dezembro, o procedimento correto a seguir. Com isso, o petroleiro recebeu uma quantia inferior à que deveria receber.

Em virtude desta irregularidade, o Departamento Jurídico do Sindicato entrou com ação para assegurar que a diferença devida fosse paga e obteve êxito. No último mês de outubro, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região condenou as reclamadas, Petrobrás e Petros, "no pagamento de diferenças de indenização pela "repactuação" do Plano Petros, a ser calculado sobre o salário de dezembro/2006".

Esta vitória na Justiça comprova, mais uma vez, que a campanha encampada por Petrobrás/Petros e fup para convencer os petroleiros a repactuar foi uma peça publicitária mentirosa, cujo fim era simplesmente arrancar direitos e causar sucessivos prejuízos.

2ª Vara de Cubatão julga procedente pedido de equiparação salarial

A política remuneratória da Petrobrás, com seus critérios cada vez mais subjetivos, não têm passado despercebida pela Justiça. No departamento Jurídico do Sindipetro-LP existem diversas ações com pedidos de equiparação salarial e não são poucas as julgadas procedentes.

Um caso vitorioso neste mês de novembro serve de exemplo. A 2ª Vara de Trabalho de Cubatão reconheceu, com base no confronto de informações entre o petroleiro reclamante e o paradigma apontado (no caso, um petroleiro com a mesma função, qualidade e admissão na mesma data), o direito à equiparação salarial.

A Justiça considerou que não havia nada que pudesse comprovar a qualidade inferior do serviço do reclamante, expondo que "paradigma e paragonado realizavam o mesmo

trabalho, sendo que, por muitas vezes, o paragonado substituiu o paradigma nas suas ausências. Os documentos trazidos aos autos denotam que a qualidade do serviço era suficientemente semelhante para o reconhecimento da equiparação salarial, sendo que em determinada época o reclamante tinha desempenho inferior ao do paradigma, mas em outros momentos essa situação se invertia. Trata-se de trabalho de igual valor".

Ressalta-se, ainda no documento, que "deve-se entender como a mesma qualidade técnica aquela exercida por funcionários que exercem o trabalho de forma praticamente igual, sem expressivas diferenças, ainda que alguma pequena diversidade exista".

Em sentença, Justiça critica repactuação e a define como plano menos vantajoso

Os sindicatos da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) não estão sozinhos na crítica à repactuação, cuja campanha foi orquestrada pela Petrobrás/Petros com o apoio da fup. Isso porque a própria Justiça, em diversas sentenças envolvendo questões da Petros, tem feito duras críticas à migração do plano de previdência, que na prática representou um processo de venda de direitos.

Numa dessas ações recentes em que a Justiça endossou a posição da FNP, o juiz foi claro em afirmar que "esta troca soa como uma indenização a ser paga pelo empregador para que o empregado abra mão de um plano melhor para inserir-se num outro plano de previdência menos vantajoso (grifos nossos). Em suma, a parte abre mão de um direito em detrimento de outro, repactuando cláusulas do plano de previdência privada".

A ação em questão referia-se à de-

volução do imposto de renda incidente sobre o valor recebido pelos repactuados. A grande maioria recebeu cerca de R\$ 15 mil, sendo descontado um valor médio de R\$ 4 mil.

Justamente por ser uma venda de direitos, a Petrobrás ofereceu esse valor como uma verba indenizatória, como um incentivo à troca de plano. Por essa mesma razão, o juiz declarou que "o valor se reveste de natureza indenizatória, não se tratando de "renda" ou "provento de qualquer natureza", como havia argumentado a União Federal em sua contestação.

Segundo o Juiz, "isto porque o empregador vem a indenizar o empregado como forma de incentivo à troca de plano de previdência, em que o fator de correção das aposentadorias e pensões, antes igualados à remuneração do servidor ativa, agora passam a ser reajustados por índice de inflação."



Com lutas há conquistas!

1961: "Tudo ou Nada", a grande assembleia

O amplo preparo para a deflagração do movimento, que passou a ser chamado de "Tudo ou Nada", englobava muitos itens que contemplavam a administração, a manutenção e a operação. Várias assembleias aconteceram anteriormente e a assembleia do "Tudo ou Nada" decidiria o futuro da categoria. Os petroleiros esperavam a aprovação das reivindicações do ACT 1961.

As mais importantes reivindicações dos trabalhadores no ACT 1961 foram: turno de 6 horas para quem trabalhava em regime de turno; equiparação salarial entre os operadores da Dutil, do Sutil e Terminal Marítimo aos do processo; reajuste salarial ao pessoal de turno de 34,5% + 12,5% e manutenção; reajuste de 33% + 30% de periculosidade para o pessoal administrativo (o que, na prática, repre-

sentou 72,5%); semana de 5 dias para o horário administrativo, com fim do expediente normal de 4 horas aos sábados.

O salão do Sindicato dos Empregados da Administração Portuária estava lotado, petroleiros se amontoavam pelos corredores esperando a decisão, e ela veio. Na madrugada do dia 21 de outubro de 1961 a Petrobrás aceitava o acordo. Numa explosão de alegria e

alívio estava encerrada a grande assembleia do "Tudo ou Nada".

Muitos desses direitos conquistados valem até hoje. Seguindo o ACT 2009/2010, é garantido aos petroleiros o regime de turno de 6, 8 e 12 horas. Os trabalhadores optaram pelo regime de turno de 8 horas.

Com unidade e mobilização é possível conquistar!

CHEGA DE ENROLAÇÃO COM A NOSSA SAÚDE

Agora, problemas do LP serão discutidos diretamente com a gerência da AMS de SP

A velha tática da Petrobrás para enrolar a categoria e não apresentar soluções concretas aos inúmeros problemas envolvendo AMS está com os dias contados. Em reunião realizada no último dia 5 de novembro, no Edisa II-A, o Sindipetro-LP exigiu em reunião com o gerente responsável pela AMS no estado de São Paulo, Sérgio Carneiro, que seja estabelecida mesa única de negociação para as nossas reivindicações. O pleito foi atendido.

A exigência - fruto de um forte sentimento de indignação da categoria diante do descaso da companhia com a AMS - irá eliminar a necessidade de inúmeras reuniões com os mais diversos Recursos Humanos da empresa, cujo ponto em comum era o fato de raramente resolverem os problemas e sempre se esquivarem com respostas como "vamos ver o que é possível fazer" ou "não temos autonomia para resolver este caso".

Ao mesmo tempo em que ajudava a empresa a ganhar tempo e recusar nossas exigências de maneira velada, essa

estratégia garantia à Petrobrás o alibi de que estava se esforçando em apresentar soluções, quando na verdade essa disposição nunca existiu, sendo apenas um jogo de cenas.

Agora, as reivindicações e pleitos que surgirem de toda a categoria do Litoral Paulista (ativa, aposentados e pensionistas) serão discutidas diretamente com a gerência responsável pela AMS no estado de São Paulo. Enfim, os problemas serão encaminhados a quem realmente decide.

Além de evitar o manjado jogo de empurra-empurra, essa medida impede ou-

tras distorções. Exemplo disso é que várias demandas relacionadas a Santos, São Sebastião e Caraguatatuba eram apresentadas pelo Sindipetro-LP diretamente à AMS, no Edisp. No entanto, recentemente foi estabelecido pela UO-BS um grupo de trabalho para discutir problemas da AMS e, com isso, absorver a insatisfação dos empregados.

O Sindipetro-LP considera legítimo que a categoria reivindique em todos os espaços possíveis e tente achar soluções para os problemas existentes. Por este mesmo motivo endossamos as reivindicações que a categoria apresentou atra-

vés deste GT e cobramos que a Petrobrás apresente soluções. O que não admitimos é que a empresa insinue que não estamos levantando problemas, denunciados inclusive pelos próprios trabalhadores. Tal insinuação é, no mínimo, leviana.



AMS SERÁ DISCUTIDA COM FNP DIA 26, NO RJ

No próximo dia 26 de novembro, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) sentará à mesa de negociação da Petrobrás, no Rio de Janeiro, para cobrar do gerente-geral da AMS soluções para os problemas que se acumulam nas bases dos sindipetros filiados.

Por isso, pedimos que todos os petroleiros, seja da ativa ou aposentado, entreguem suas demandas e reivindicações aos diretores de suas bases. O mesmo pode ser feito pelos telefones do Sindicato ou pelo e-mail do departamento de Imprensa (imprensa@sindipetrosantos.com.br).

Após cobrança do Sindicato, AMS em São Sebastião ganha melhorias

As cobranças e denúncias insistentes do Sindicato em relação ao descaso com a AMS, em São Sebastião, também surtiram efeito. Após ter exposto recentemente em mesa de negociação com a empresa o estado de abandono do serviço na cidade, finalmente alguns dos problemas existentes foram solucionados.

Um dos maiores absurdos estava relacionado ao fato do único hospital que existe na cidade, o Hospital das Clínicas de São Sebastião, estar descredenciado. Agora, o hospital já está novamente credenciado, dando fim aos constantes

transtornos enfrentados pelos petroleiros. Sem condições de serem atendidos na cidade, eles eram obrigados a se deslocar a outras cidades.

Outra demanda que há tempos vinha sendo cobrada era o credenciamento de um profissional especialista em implante dentário. Até hoje esse serviço simplesmente não era coberto pela AMS na cidade, mas agora os petroleiros já podem ter acesso ao serviço.

Uma falha gritante que a empresa insistia em ignorar é o fato de não existir um único dermatologista credenciado na cidade. Durante a reunião realizada

no Edisa IIA, a empresa assegurou que o credenciamento para dermatologistas está aberto e que sugestões de profissionais podem ser feitas, tanto para São Sebastião quanto para Caraguatatuba.

Outro ponto garantido refere-se à remoção de pacientes. Denunciamos a precariedade do serviço e diante disso foi fechado mais um serviço de remoção, que será realizado pela empresa Fenix. Já em Santos, foi garantido o credenciamento de mais um psiquiatra.

Entretanto, apesar das recentes conquistas, o serviço de AMS continua precário e as melhorias realizadas são

insuficientes. O credenciamento de especialidades continua mal das pernas e falhas no ressarcimento de despesas e lentidão no agendamento de consultas e de cirurgias de alto risco já se tornaram uma grave rotina.

O serviço de ressonância magnética, por exemplo, é oferecido em São Sebastião por um único hospital, que ainda assim não está credenciado. O Sindicato cobrou da empresa que seja fechado um convênio. Além disso, seguirá cobrando melhorias para que a companhia dê fim a este processo de sucateamento da AMS.

MANIFESTO DE APOIO À CHAPA 1

Lutar para conquistar nas eleições do Sindipetro PA/AM/MA/AP

O movimento sindical petroleiro com a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) constitui uma nova unidade para lutar na categoria, composta por sindicatos combativos: PA/AM/MA/AM, RJ, SJC, RS, AL/SE e LP e pelas oposições: Norte Fluminense, Minas Gerais, Caxias, São Paulo, Rio Grande do Norte etc., onde os sindicatos têm diretorias ligadas à FUP.

No mês de novembro ocorre a elei-

ção do Sindipetro PA/AM/MA/AP e é fundamental reeleger a atual diretoria, para manter o Sindicato nos marcos da FNP, para garantir um sindicato independente do governo e da empresa, no qual a base decida sobre seu próprio destino.

A FUP e seus dirigentes se tornaram agentes políticos da empresa, auxiliares dos abusos cometidos pela Petrobrás contra seus trabalhadores. Sua atuação

na Campanha Reivindicatória deste ano foi a maior traição já cometida contra a categoria. Defendeu uma proposta rebaixada, que mantém os abonos discriminatórios, não tem ganho real no salário base, exclui os aposentados e não contempla as principais reivindicações da categoria.

Para reverter o quadro de acordos rebaixados, de PLRs que só favorecem

os acionistas, de ACT's discriminatórios e de entrega de direitos dos trabalhadores, em especial dos aposentados, é necessário derrotar as chapas brancas da FUP/Empresa.

Nas eleições do SINDIPETRO PA/AM/MA/AP, vote na CHAPA 1 - LUTAR PARA CONQUISTAR para dar continuidade à história de luta dos petroleiros da região Amazônica.